



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4342 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE E DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E DO MERCOSUL, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 14-11-2023.

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, às quatorze horas e vinte e cinco minutos, reuniram-se, na Sala de Reuniões nº 301, as Comissões acima mencionadas. A seguir, o vereador Mauro Pinheiro, nos termos do artigo 34, § 3º, do Regimento, assumiu a presidência dos trabalhos, registrando a presença dos vereadores: Mauro Pinheiro, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo e Jonas Reis, todos integrando a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE; e Mari Pimentel, Biga Pereira, Aírto Ferronato, João Bosco Vaz e Roberto Robaina, todos integrando a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e registrou a presença dos senhores Cezar Augusto Schirmer, Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos – SMPAE; Jonas Machado, Secretário Adjunto Municipal da Fazenda – SMF; José Paulo da Rosa, Secretário Municipal de Educação – SMED; Elaine Timmen, representante do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA; Carolina Aguirre, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Aline Kerber, Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME; Cintia Mattos, representante do Grupo de Trabalho Professor Sim; Carina Köche, representante da Rede Ciranda Escolas Infantis; e Fernanda Paulo, representante da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA, convidando Suas Senhorias a integrarem a Mesa dos trabalhos. Na ocasião, o senhor Presidente prestou esclarecimentos sobre a presente reunião, destinada a debater o orçamento do ano dois mil e vinte e quatro para a educação e o Movimento Professor Sim, concedendo a palavra à senhora Cintia Mattos, que reivindicou reconhecimento de técnicos em educação como professores, o pagamento compatível a estes e questionou formas de se subsidiá-lo. Após, a senhora Carolina Aguirre abordou a evolução das instituições de educação infantil, as quantidades de seus profissionais, as responsabilidades àqueles atribuídas, informando ter procurado o Legislativo Municipal por recomendação do Executivo. A senhora Elaine Timmen tratou de números de atendimentos realizados por escolas conveniadas; lista de espera por vagas em educação infantil; números de inscrições de alunos para matrícula; horas trabalhadas por técnicos em educação no Município; diferença entre o salário destes e o de professores; benefícios do investimento em professores; assistência social prestada por escolas conveniadas; e necessidade de previsão da progressão dos técnicos, na Lei Orçamentária Anual – LOA. Em seguida, a senhora Aline Kerber comentou a autorização de funcionamento de escolas conveniadas, credenciamento destas, números de demandas por vagas na educação infantil, leis que garantem o ensino a crianças e desafios para a solução de falta de vagas no Município. O vereador Jonas Reis alertou para a possibilidade de não realização do investimento mínimo exigido por lei, em educação, no Município, comparou investimentos e orçamentos de outras secretarias com os da SMED e exigiu comprometimento do Executivo para aumento de investimento nas escolas conveniadas. Em continuidade, a senhora Carina Köche relacionou as mensalidades cobradas a clientes de escolas particulares com salários pagos a seus profissionais, apontou diferenças entre exigências feitas exclusivamente a colégios e escolas da rede particular e avaliou a importância de projeto de lei que contemple um turno pedagógico. Ainda, denunciou recusas manifestadas por famílias de alunos para vagas ofertadas na rede particular de ensino. A vereadora Mari Pimentel discutiu incrementos na LOA para reconhecimento e profissionalização dos trabalhadores da educação infantil, informou haver margem jurídica para o aumento de investimento mencionado e considerou necessária a ampliação de abrangência do cartão TRI Vou à Escola para alunos dos primeiros níveis letivos, em razão da exclusão causada pelo transporte público no Município. Na oportunidade, a senhora Fernanda Paulo lembrou que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – garante matrícula próxima à residência do aluno, atentou para a diferença salarial entre profissionais da educação infantil e discordou de manifestações que relacionam a educação infantil com assistência social. Ainda, avaliou as consequências do não reconhecimento de técnicos em educação como professores, contestou a atuação de educadores sociais em séries iniciais e reivindicou repasses para escolas da rede privada e possibilidade de estudo aos seus profissionais. O vereador Mauro Pinheiro registrou o recebimento de planilha com estudo preliminar do FMDCA, de salários de professoras e técnicas. Em prosseguimento, a vereadora Biga Pereira discorreu sobre problemas como falta de vagas em escolas, falta de local para mães deixarem filhos e falta de escolas particulares nas periferias, sustentando que não deve haver terceirizações em atividades fim e que escolas cívico-militares não são mais prioridade de investimento. O senhor Cezar Augusto Schirmer elencou perguntas para as quais os convidados foram requisitados a responder e debateu prioridades de investimento do Executivo Municipal; redução da qualidade de ensino; redução de espaços de ensino; períodos de transição entre leis em vigor; diferenças entre valores orçados e gastos no Município; vantagens da compra de vagas em escolas da rede particular; e manifestações sobre descumprimento de investimentos em educação previstos na Lei Orgânica do Município. Na ocasião, a senhora Andressa de Los Santos, da Escola de Educação Infantil Cheirinho de Mãe, criticou respostas da SMED para questionamentos de escolas, bem como a desvalorização de profissionais da educação, divergindo dos critérios estabelecidos pela Secretaria para transferências de alunos. O senhor Jorge Felipe Bavaresco, da Instituição de Educação Infantil Lar da Criança Menino Jesus de Praga, reportou-se às funções dos profissionais da educação infantil e aos recursos necessários para: alteração dos cargos dos atuais técnicos, para pagamento de cursos de qualificação profissional e para acréscimo de vagas em escolas particulares. A seguir, a senhora Juassara Cabeda, do Centro Comunitário Jardim Renascença, relatou problemas enfrentados por escolas

conveniadas e por suas profissionais, solicitou repasse de recursos para valorização das mesmas e rebateu manifestação sobre recusa de vagas por mães de alunos. O senhor Paulo Henrique Costa, da Associação Comunitária da Pitinga, reprovou exigências burocráticas, com prazos curtos, feitas pela SMED, para entrega de documentos pelas escolas conveniadas. Após, o senhor André Seixas, da Associação Amigos da Restinga, reiterou pronunciamento sobre dificuldades enfrentadas por escolas conveniadas, para realização de compras, e detalhou problemas que poderiam causar colapso da educação no Município. A senhora Maria Goreti Machado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, comparou dados da educação do Município com de outras capitais e comparou investimentos e atendimentos realizados nas escolas da rede pública e da rede conveniada. A senhora Cíntia Mattos tratou de critérios para transferência dos alunos para escolas distantes de suas residências. A senhora Carina Köche asseverou que famílias escolhem a instituição onde será matriculado o aluno da educação infantil. A senhora Marília Fidel discursou sobre dificuldades enfrentadas por escolas comunitárias, prejuízos resultantes do assistencialismo e necessidade de planejamento e de investimento em inclusão de alunos atípicos. O senhor Fábio Souza, conselheiro tutelar, abordou direitos violados por falta de vagas nas escolas de educação infantil, burocracia para funcionamento daquelas entidades e questionou o destino de valores financeiros de emendas impositivas, caso o orçamento não seja votado em tempo hábil. A senhora Carolina Aguirre desaprovou exigências feitas pela SMED às instituições de educação infantil comunitárias, comentou metas de vagas que poderiam ser oferecidas no próximo ano; recursos financeiros para salários de professores; possibilidade de aperfeiçoamento destes; e recursos para assistência social realizada nas escolas. Em seguida, o senhor José Paulo da Rosa procedeu à apresentação de documento, por meio de projeção de imagens, com dados sobre previsão do reajuste do repasse às escolas conveniadas; previsão do número de vagas em educação infantil para o próximo ano; previsão para bônus berçário; e previsão para manutenção e construção de escolas a médio e longo prazos. Ainda, teceu considerações acerca do Fundo do Patrimônio Imobiliário – FUNPAT; municipalização de escolas estaduais; possibilidade de redução da burocracia na SMED; problemas com equipes anteriores da Secretaria; currículo pessoal de pesquisas educacionais em outros países; baixos índices educacionais no Município; e previsão de falta de professores para os próximos anos. Também externou disposição em discutir assuntos pontuais trazidos à presente reunião. O vereador Mauro Pinheiro avaliou dados de estudo preliminar do FMDCA sobre aumento de repasses para escolas e citou possibilidades de provisão dos mesmos por meio de emendas impositivas. Na ocasião, a senhora Aline Kerber referiu-se a objetivos e valores oriundos da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, e a interrupções no funcionamento do CME. Por fim, o vereador Jonas Reis contradisse manifestação do senhor César Augusto Schirmer, sobre investimento mínimo legal em educação, e reprovou o aumento de recursos para outras secretarias, os quais poderiam ser destinados à educação. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião, o documento apresentado pela SMED e planilha contendo estudo preliminar entregue pelo FMDCA. Às dezessete horas e vinte e dois minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Mauro Pinheiro.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Roberto Pinheiro, Vereador**, em 12/12/2023, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0651947** e o código CRC **9A55E536**.